

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E MITIGAÇÃO DA POBREZA NA REGIÃO TURÍSTICA DA CHAPADA DIAMANTINA (BAHIA/BRASIL)

PUBLIC TOURISM POLICES AND POVERTY MITIGATION THE CHAPADA DIAMANTINA TOURIST REGION (BAHIA/BRAZIL)

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO Y MITIGACIÓN DE LA POBREZA DE LA REGIÓN TURÍSTICA DE CHAPADA DIAMANTINA (BAHIA/BRASIL)

Henrique Rodrigues de Araújo¹ 
Regina Ferreira Araújo¹ 
Marcelo da Silva Taveira¹ 
Mauro Lemuel de Oliveira Alexandre¹ 

¹Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

Data de submissão: 27/10/2023 – Data de aceite: 25/07/2024

Resumo: A história da Chapada Diamantina ao longo dos séculos foi marcada por transformações econômicas, passando do ciclo de exploração de ouro e diamantes para o turismo, que surgiu como uma força motriz de desenvolvimento, trazendo promessas de emprego e oportunidades para as comunidades locais. Este estudo discute as políticas públicas de turismo em relação à mitigação da pobreza voltadas para a Chapada Diamantina. Para isso, foram identificados os índices relativos à pobreza aplicados à região, além de analisar a percepção dos gestores públicos sobre a relação do desenvolvimento do turismo e seu impacto socioeconômico nas ações e inversões efetivadas de mudanças e reversão da condição social e econômica da pobreza. Trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva que abrange os 37 municípios da Chapada Diamantina. A coleta de dados envolveu a entrevista semiestruturada com gestores públicos de turismo, além de dados obtidos por meio de pesquisa documental. A análise dos dados seguiu a sequência de análise de conteúdo, temática, categorial, do discurso e léxica para obtenção dos resultados. Considera-se que há desafios e oportunidades para o desenvolvimento econômico e social na região, e que, na atual conjuntura, o turismo ainda não conseguiu preencher essas lacunas, não apresentando porcentagens significativas de redução da pobreza.

Palavras-chave: Chapada Diamantina; turismo; desenvolvimento; políticas públicas de turismo; pobreza.

Henrique: Graduado em turismo, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Eunápolis, BA, Brasil. Mestrando em turismo, Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTUR - UFRN), Natal, RN, Brasil. E-mail: contatohenrirodrigues@gmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-0158-4435>

Regina: Professora do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil. Doutoranda em Turismo, Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTUR - UFRN). E-mail: regina.araujo@ufrn.br | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4728-8094>

Marcelo: Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTUR - UFRN), Natal, RN, Brasil. Doutor em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: marcelo.taveira@ufrn.br | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5174-7943>

Mauro: Professor do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTUR - UFRN), Natal, RN, Brasil. Doutor em Engenharia da Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: mauro_alx@yahoo.com.br | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0609-9983>

Abstract: The history of Chapada Diamantina over the centuries has been marked by economic transformations, moving from the cycle of gold and diamond exploration to tourism, which emerged as a driving force for development, bringing promises of employment and opportunities for local communities. This study discusses public tourism policies in relation to poverty alleviation aimed at Chapada Diamantina, for this purpose, the poverty indices applied to the region were identified, in addition to analyzing the managers' perception of the relationship between tourism development and its socioeconomic impact on the actions and inversions carried out to change and reverse the social and economic condition of poverty. This is an exploratory-descriptive research that covers the 37 municipalities of Chapada Diamantina. Data collection involved semi-structured interviews with public tourism managers, in addition to data obtained through documentary research. Data analysis followed the sequence of content, thematic, categorical, discourse and lexical analysis to obtain the results. It is considered that there are challenges and opportunities for economic and social development in the region, but, in the current situation, tourism has not yet managed to fill these gaps, not presenting significant percentages of poverty reduction.

Keywords: Chapada Diamantina; tourism; development; public tourism policies; poverty.

Resumen: La historia de Chapada Diamantina a lo largo de los siglos ha estado marcada por transformaciones económicas, pasando del ciclo de exploración de oro y diamantes al turismo, que surgió como motor de desarrollo, trayendo promesas de empleo y oportunidades para las comunidades locales. Este estudio discute las políticas públicas de turismo en relación al alivio de la pobreza dirigidas a la Chapada Diamantina, para ello, se identificaron los índices de pobreza aplicados a la región, además de analizar la percepción de los gestores sobre la relación entre el desarrollo turístico y su impacto socioeconómico en el acciones e inversiones llevadas a cabo para cambiar y revertir la condición social y económica de pobreza. Se trata de una investigación exploratoria-descriptiva que abarca los 37 municipios de Chapada Diamantina. La recolección de datos implicó entrevistas semiestructuradas con gestores públicos de turismo, además de datos obtenidos a través de investigación documental. El análisis de los datos siguió la secuencia de análisis de contenido, temático, categórico, discursivo y léxico para obtener los resultados. Se considera que existen desafíos y oportunidades para el desarrollo económico y social de la región, pero, en la situación actual, el turismo aún no ha logrado llenar estos vacíos, no presentando porcentajes significativos de reducción de la pobreza.

Palabras Clave: Chapada Diamantina; turismo; desarrollo; políticas públicas de turismo; pobreza.

INTRODUÇÃO

Situada no centro do Estado da Bahia, a Chapada Diamantina é marcada pelo ciclo econômico que abrange desde a corrida pelo ouro até a exploração de diamantes. Essa área, com rica biodiversidade, atrativos naturais e culturais, viu transformações significativas em sua paisagem econômica e social ao longo dos séculos. Mas, nas últimas décadas, o turismo surgiu, imposto pelo Estado, como uma força motriz de desenvolvimento.

No entanto, essa mudança não ocorreu sem desafios e complexidades. Logo, a problemática que norteia este estudo é: como se desenvolvem as políticas públicas de turismo e sua relação com a mitigação da pobreza, no contexto da região da Chapada Diamantina? Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo analisar as políticas públicas de turismo em relação à redução da pobreza, voltadas para a região. Para isso, os objetivos específicos foram: identificar os índices relativos à pobreza aplicados à região; analisar a percepção dos gestores locais sobre a relação do desenvolvimento do turismo local e regional e seu impacto socioeconômico nas ações e inversões efetivadas de mudanças; e a reversão da condição social e econômica da pobreza.

A justificativa pautada para a consolidação dessa pesquisa reside na importância da Chapada Diamantina no cenário turístico nacional, como um estudo emblemático das transformações socioeconômicas e ambientais. Portanto, os resultados aqui apresentados preenchem lacunas acadêmicas e científicas, no entendimento da evolução econômica e social, histórica e cultural, desafios da sustentabilidade, e visões e lições futuras para os municípios que compõem esse território.

Esta é uma pesquisa com abordagem de métodos mistos, caracterizando-se como exploratória e descritiva com uma perspectiva crítica com o intuito de problematizar as ações e inversões realizadas para melhorar a condição social e econômica da região e mitigar a pobreza. A pesquisa abrange os 37 municípios da Chapada Diamantina. A coleta de dados envolveu dois métodos de pesquisa, quais sejam: entrevista semiestruturada com gestores públicos de turismo, além de dados secundários, obtidos por meio de pesquisa documental. A análise dos dados seguiu a sequência de análise de conteúdo para obtenção dos resultados.

Na revisão de literatura é aprofundada a relação do turismo e o desenvolvimento socioeconômico, com foco na redução da pobreza, destacando a importância do turismo como um possível vetor de alívio da pobreza, mencionando a influência das políticas públicas e sua complexidade na avaliação do impacto do turismo nas classes menos favorecidas. Assim como também são abordadas as diferentes perspectivas ideológicas em torno do turismo, incluindo o neoliberalismo e

a visão crítica de desenvolvimento, em que se destaca muito além da perspectiva econômica, abrangendo os aspectos sociais, culturais e ambientais, almejando um desenvolvimento humano.

Este estudo, portanto, apresenta a composição turística da Chapada Diamantina fundamentada nas características de vulnerabilidade socioeconômica e o papel do turismo enquanto mitigador da pobreza. De um lado, um discurso ideológico, político-partidário dos gestores públicos de turismo, que argumentam as potencialidades de seus municípios para com os efeitos das melhorias sociais em prol do turismo, respaldados em uma política pública de turismo, que ainda carece de melhores perspectivas de planejamento. De outro lado, dados sociais governamentais apresentam as fragilidades que os municípios ainda enfrentam no território da Chapada Diamantina.

REVISÃO TEÓRICA

Políticas públicas de turismo e redução da pobreza

No momento atual de debates políticos e sociais, dada a importância de constituir um Estado com baixos índices de pobreza, o turismo surge como vetor de desenvolvimento socioeconômico nas regiões turísticas (Pérez, Medina-Muñoz, 2014; Souza 2011). Logo, o que se nota nos últimos anos é uma maior investigação política e acadêmica dos temas de desenvolvimento e alívio da pobreza pelo turismo (Malta, Braga, & Barbosa, 2019).

Destaca-se como metas da Organização Mundial do Turismo (OMT) estabelecer o desenvolvimento turístico sustentável, de maneira a contribuir para a redução da pobreza em escala mundial (Lima, Eusébio, & Amorim, 2011; Borges 2006). Aliás, tem-se como primeiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Organização das Nações Unidas (ONU) um apelo global à ação para acabar com a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares até os anos de 2030 (ONU BR, s/d).

Embora se tenha referido que a atividade pode reduzir a pobreza, o que se tem visto são dificuldades para medir como e quanto isso impacta diretamente as classes menos favorecidas, uma vez que a complexidade surge de diversas perspectivas e variações envolvidas, examinando abordagens variadas e metodologias de análise qualitativas e quantitativas para avaliar especialmente o impacto do turismo na redução da pobreza (Borges, 2006).

A retórica das políticas públicas e os esforços para a redução da pobreza atrelada ao desenvolvimento do turismo, por sua vez, são atributos característicos de uma possível e significativa atividade de mitigação das desigualdades socioeconômicas espalhadas pelas regiões do Brasil. O discurso político, assim como as narrativas propostas pela política pública de turismo, destaca como o desenvolvimento pode contribuir com oportunidades econômicas nas comunidades espalhadas nas regiões turísticas (Coriolano, 2006).

Nessa abordagem, Paula e Moesch (2013, p. 185), em um fundamento marxista, relacionam o objetivo do capitalismo, voltado à maximização dos lucros, “do sobretrabalho exigido do trabalhador, ou seja, de parte do trabalho que excede o valor da força de trabalho como mercadoria”. Essa objeção da lucratividade, sob a ótica da concorrência, se reluz na busca da mais-valia, característica de problemas econômicos centrais, como desemprego, baixos salários e crises, sendo esse o efeito multiplicador para a pobreza, fatores esses relacionados ao capitalismo (Amado & Mollo, 2003).

Malta, Braga e Barbosa (2019) dão importantes contribuições acerca das concepções de desenvolvimento econômico e a compreensão do papel do turismo na redução da pobreza, embasados em duas linhas analíticas: a corrente neoliberal a partir da década de 1970, destacando sua visão sobre o desenvolvimento e a pobreza, bem como o papel do Estado mínimo. O neoliberalismo ganhou influência nas políticas internacionais, promovendo privatizações e liberalização dos mercados. Por sua vez, o turismo é classificado como uma possível ferramenta de combate à pobreza, dentro da perspectiva neoliberal. E a corrente crítica de desenvolvimento, no qual são pautados os questionamentos das políticas de desenvolvimento sem a participação comunitária, aponta para o agravamento das desigualdades.

É contundente afirmar que, no turismo, essas relações de desequilíbrio econômico e social são fatores que desencadeiam uma série de preocupações. Ademais, a política pública de turismo, nas ações do Estado, se concentra na elaboração e execução, deliberadas nas estratégias das ações que definem os projetos e programas relacionados ao desenvolvimento da atividade turística (Paula & Moesch, 2013; Borges, 2006). Portanto, proporcionar a democratização da atividade turística, a garantia do seu desenvolvimento conjunto e coletivo são os pilares postos na política pública, na qual são estabelecidos os direitos sociais aos cidadãos ao acesso ao lazer (Paula & Moesch, 2013; Barretto, Burgos, & Frenkel 2003).

No Brasil, a política pública de turismo deve garantir, como afirmam Gastal e Moesch (2007), uma atividade sustentável,

pautada no desenvolvimento de benefícios para as comunidades nas quais o turismo se consolida. Além disso, deve garantir a conservação dos atrativos, assim como as boas práticas da sua execução, alinhadas à construção de infraestrutura básica urbana de acesso, incentivo aos desdobramentos econômicos, ambientais e socioculturais, e o uso sustentável do patrimônio de interesse turístico.

O discurso positivista das políticas públicas de turismo no Brasil pode até ser pautado no desenvolvimento sustentável da atividade, mas o que foi visto desde o fim da década de 1960 é a marca de uma trajetória de desequilíbrios e equívocos, usufrutos, de acordo com Paula e Moesch (2013, p. 192) de uma “fraca articulação com outras políticas setoriais, centralização de planejamento e coordenação da política de Turismo, ausência da definição clara de objetivos, metas e prioridades”. Fato esse que reverbera que as ações da política de turismo são limitadas e centralizadas, menosprezando o papel da participação do planejamento social. Para além disso, destaca-se a constante descontinuidade de políticas públicas desde a década de 1970 neste país.

Diante disso, percebe-se que a problemática em questão inerente às políticas de turismo é, em grande parte das abordagens, limitada apenas ao debate político do ordenamento da atividade. Apesar de fundamental, deve ser propagada na inclusão produtiva e no desenvolvimento local. Logo, nessa linha de pensamento, Paula e Moesch (2013, p. 193) justificam que o desenvolvimento das políticas de turismo deve “colaborar para a geração e retenção de renda e consequente alívio da pobreza, a partir da inclusão produtiva de grupos e comunidades negligenciadas no processo de reprodução capitalista”.

A passos curtos, percebe-se os indícios de interesse do Estado para a convicção do turismo enquanto mecanismo de inclusão produtiva. A redação deste artigo levou em consideração a principal política atual que ordena o turismo no Brasil, o Plano Nacional de Turismo (PNT) 2018-2022 (Brasil, 2018, p. 54), sendo seu objetivo central focalizado no ordenamento das ações do setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo. Suas metas são atribuídas de forma a fomentar a geração de emprego e renda, além de ser um canal de captação de divisas externas. Ressalta-se ainda a mensuração de diretrizes comunitárias, haja vista que é, de acordo com o referido plano, “imprescindível que se compreenda o processo de desenvolvimento territorial regionalizado e cooperado, assim como se observa e invista em inovações contínuas no setor, respeitando os princípios da sustentabilidade no turismo”.

Embora seja superficial a abordagem comunitária e sustentável do turismo enquanto vetor de redução da pobreza na última publicação do PNT, Gastal e Moesch (2007, p. 41) ponderam a relação do planejamento participativo, evidenciando as práticas de articulação, como fundamental e inerente à política pública de envolvimento dos agentes excluídos da concentração econômica, sendo esta uma “(...) forma compartilhada, o projeto democrático e cidadão desejado pela comunidade (...) de maneira a contemplar uma distribuição dos recursos mais eficiente e socialmente justa”.

Se o turismo centraliza renda e riqueza, advindo dos grandes empreendimentos, ele também pode compactuar na esfera de convicção enquanto agente indutor da mitigação da pobreza, ponderada na concepção das relações de envolvimento sociais e produção do setor. Por vez, cabe às políticas de turismo adaptarem-se às demandas das comunidades.

Paula e Moesch (2013, p. 195) enfatizam que as oportunidades de trabalho, fruto da atividade turística, constituem o principal vetor para a inclusão produtiva, dado a isso, se faz jus a justificativa da importância do papel do Estado na implementação de políticas públicas de turismo que envolvam a questão social “isto é, aqui entendemos que a redução da pobreza passa pelo combate ao desemprego e, portanto, a inclusão dos trabalhadores deve acontecer via empreendimento de trabalho”.

Exemplo prático da redução da pobreza atrelados ao desenvolvimento do turismo podem ser apontados nos estudos de Néri (2005) em um dos principais destinos turísticos do Brasil, Porto Seguro, no extremo Sul da Bahia, no qual as chances de uma família porto-segurense situar-se abaixo da linha de miséria (1/4 de salário mínimo per capita) reduziram-se em 85% entre 1991 e 2000.

A propósito, destaca-se conceitualmente que a pobreza está geralmente relacionada à falta do que é necessário para o bem-estar material, que leva à fome e à privação física. De forma quantitativa, a ONU (2022) define que estão abaixo da linha de pobreza pessoas com renda *per capita* inferior a R\$499,00 por mês. Já qualitativamente, Furtado (2011) traz a discussão sobre a pobreza com um enfoque sociológico sob o status da ocupação e Grusky e Kanbur (2006) relacionam a pobreza à desigualdade social.

Turismo e desenvolvimento socioeconômico

A história das sociedades tradicionais é refletida na escala e nos padrões do comércio, no nível da produção agrícola e produtividade, na escala das manufaturas, nas flutuações populacionais e reais e na renda. Mas as limitações da tecnologia decretaram um limite além do qual não se conseguiu penetrar. Não lhes faltou inventividade e inovações, algumas das quais com alta produtividade. Todavia não se tinha uma compreensão sistemática de seu ambiente físico capaz de tornar a invenção um processo mais ou menos regular. Faltavam, em suma, as ferramentas e a perspectiva para o mundo físico (Rostow, 1959).

Decorreu desse limite máximo de produtividade que a produção alimentar absorveu 75% ou mais da força de trabalho e que uma elevada proporção do rendimento acima dos níveis mínimos de consumo foi gasta em atividades não produtivas ou de baixa despesa de produtividade, tais como: monumentos religiosos; guerras; vida alta para aqueles que controlavam os aluguéis da terra; e para os mais pobres, havia uma luta de empobrecer o vizinho pela terra ou a dissipação do excedente ocasional em um casamento ou funeral caro. Os valores sociais estavam orientados para os horizontes limitados que os homens podiam perceber que lhes estavam abertos; e estruturas sociais tendiam à hierarquia. O centro de gravidade do poder político tendia a residir nas regiões, com os proprietários de terras, apesar de uma tensão flutuante com aqueles que, juntamente com os seus soldados e funcionários públicos, exerceram um certo grau de autoridade central (Rostow, 1959).

Poucas indústrias se desenvolveram tão rápido quanto o setor de serviços com foco no turismo, bem como diversas comunidades e países descobriram suas possibilidades econômicas e se esforçaram para explorar seu potencial. Dessa forma, o turismo se converteu com rapidez em uma fonte ativa de negócios, em um setor da economia internacional e em uma mega "indústria" global (Jafari, 2005).

O turismo se manteve em alta por volta da segunda década do século XXI (2010-2019), superando a brusca queda de 2009, devido à crise econômica mundial de 2008, e vem passando por um processo de reerguimento após a pandemia da covid-19 que o planeta viveu entre 2019 e 2022. Diante desses fatos, entende-se que o turismo tende a crescer economicamente, mas está intrinsecamente suscetível às interferências econômicas e sociais que o mundo apresenta.

A sociedade de consumo, portanto, propulsiona o turismo, e ele é vetor dessa mesma sociedade de consumo. A quantidade de elementos que fazem parte dessa praxis diz respeito à elaboração de um organum constante, que relaciona o fenômeno/atividade às possibilidades de mudança social em um campo (Figueiredo & Nóbrega, 2015).

De acordo com Moesch (2002), o turismo é entendido como mera atividade econômica, sua análise limita-se a índices estatísticos, projeções de crescimento, planos e projetos em nível macro e micro, estudos de demandas, viabilidade econômica de investimento, custo-benefício entre produção e consumo, limitando-se a uma análise aparente do fenômeno.

Por outro lado, no mundo contemporâneo, o turismo se configura como um fenômeno de alcance global, decorrente da articulação não apenas de fatores econômicos, mas também de fatores sociais, culturais, ambientais e políticos. Estes, desencadeiam novas articulações que reconfiguram as realidades locais, nas quais esse fenômeno se desenvolve (Fragelli et al., 2019).

Dessa forma, a OMT tem concentrado esforços e realizado parcerias, a fim de que o turismo seja utilizado como veículo para o alcance dos ODS. Primeiramente, criou a plataforma Tourism for SDGS (Turismo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Depois, em parceria com o G20, principal fórum de cooperação econômica internacional, priorizou cinco áreas para o Grupo de Trabalho do Turismo, quais sejam: turismo verde; digitalização; habilidades; MPMEs do turismo (micro, pequenas e médias empresas do turismo); e gestão de destinos (UNWTO, 2023).

Os ODS têm sido, portanto, o caminho encontrado para ir além do crescimento econômico, buscando também o desenvolvimento social das comunidades, tendo o turismo um papel crucial nessa busca, visto que é o maior promotor das inter-relações sociais globais. Essas inter-relações, entretanto, podem apresentar também consequências negativas, como as citadas por Fazito et al. (2017), que consideram que o turismo acentua as desigualdades, aumentando a concentração de renda e promovendo a destruição das diferenças locais e padronização dos lugares, devido ao fluxo de informações fácil e rápido.

Nessa perspectiva, Cowen e Shenton (2005) defendem que o desenvolvimento, em si, difere da intenção de desenvolvimento. Para eles, o desenvolvimento intencional consiste nos meios para compensar as propensões destrutivas da mudança iminente, ou seja, justifica-se uma série de ações nocivas ao meio ambiente e à sociedade em nome de um desenvolvimento que, na prática, favorece a poucos, retomando os valores apresentados por Rostow (1959).

Todavia, Ramos e Costa (2017) acreditam que o turismo do futuro substitua as rotinas diárias por novos conceitos de

satisfação, felicidade e qualidade de vida, os quais serão a chave para a produtividade e a premissa das sociedades do futuro em termos de inovação e criatividade, haja vista que, em plena era das tecnologias da informação, é fundamental a adaptação ao desenvolvimento sustentado e sustentável, econômico, social e ambientalmente.

Além disso, Fazito et al. (2017) acrescentam que, a fim de contribuir com o desenvolvimento humano, o turismo mereceria um tratamento mais profundo; sendo explorado a partir dos conceitos de ócio e de uma vivência lúdica e privilegiada do tempo livre, capaz de promover autoconhecimento, capacidade crítica e emancipação, gerando, dessa forma, um desenvolvimento muito além do econômico e até mesmo do social, um desenvolvimento humano.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa exploratória e descritiva com abordagem qualitativa na perspectiva crítica, não tendo o objetivo central de difundir as disparidades, equívocos e falhas das gestões municipais para com os problemas socioeconômicos, mas sim problematizar as ações e inversões efetivadas de mudanças e reversão da condição social e econômica para a mitigação da pobreza na região turística da Chapada Diamantina.

O estudo é voltado, portanto, para a Chapada Diamantina, no estado da Bahia, na qual os municípios são agrupados por serem limítrofes ou próximos e compartilham de uma identidade cultural, artística e histórica. A região é formada por 37 municípios, que contemplam o universo da pesquisa, os quais são organizados e categorizados pelo Mapa do Turismo Brasileiro, um programa do Ministério do Turismo (MTur) para o ordenamento da atividade no país, de acordo com o potencial e infraestrutura dos municípios, onde a adesão ao Mapa envolve diversos critérios estabelecidos pelo MTur, resultando, assim, em uma categorização de A a E, que indica o nível de desenvolvimento do turismo dos municípios (Brasil, 2023).

Dos 37 municípios, foram selecionados quatro para as entrevistas, sendo estabelecidos seis critérios de escolha para a seleção dos casos estudados de forma generalizada, a fim de garantir uma maior confiabilidade do estudo. O primeiro critério de exclusão foi relativo aos municípios que são categorizados nas letras D e E, selecionando apenas os casos conceituados em A, B e C. Em seguida, considerou-se os municípios que no ano de 2022 tiveram maior relevância com fluxo de turistas, doméstico e internacional; número de empresas formais do turismo; média do número de empregos formais no setor de turismo; receita tributária do turismo e, por fim, aos municípios que se dispuseram em participar do estudo, resultando, assim, em quatro municípios entrevistados: Lençóis, Mucugê, Palmeiras e Jacobina (Brasil, 2023).

A coleta de dados se dividiu em dois métodos centrais que subsidiaram a qualidade e profundidade do estudo. A entrevista semiestruturada, realizada com os quatro municípios, com um conjunto de perguntas definidas, mais a flexibilização, aprofundamento e interação pessoal dos entrevistados, realizada virtualmente, na plataforma Google Meet, no mês de setembro de 2023, com os secretários, diretores e/ou representantes legais da gestão de turismo dos municípios, permitiu analisar suas percepções sobre a relação do desenvolvimento do turismo local e regional e seu impacto socioeconômico na Chapada Diamantina. Os dados seguintes contaram com todos os 37 municípios da região, obtidos pela pesquisa documental, com análise de documentos escritos, registros, arquivos, atas de reunião e relatórios, adquiridos por meio de entrega voluntária dos entrevistados e relatórios estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), MTur e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

O método de análise dos dados coletados obedeceu à sequência da análise de conteúdo que consistiu na pré-análise, sendo feita a transcrição das entrevistas na íntegra e estudo profundo dos documentos, seguidos da exploração dos dados, de maneira a separar em blocos os principais momentos das entrevistas e dos documentos que se relacionam com o objeto da pesquisa, seguindo para a exploração e tratamento dos dados, resultando nas seções dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Perfil da região turística da Chapada Diamantina

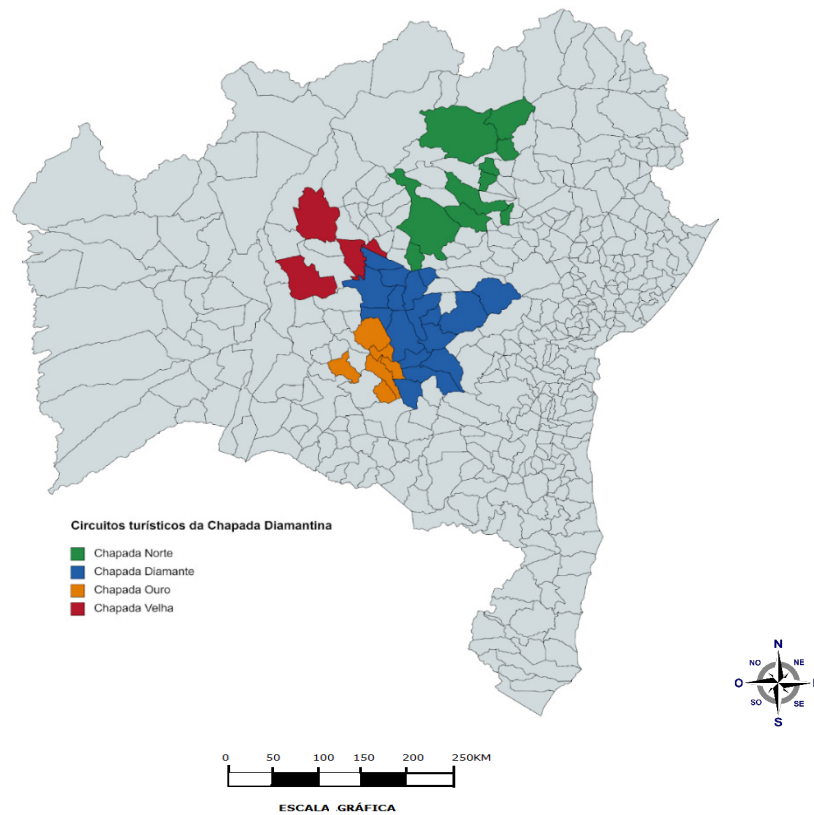
A maior região turística do Brasil se encontra na porção central do Estado da Bahia, abrangendo uma área territorial de 61.496,774 km², o que a torna maior em extensão do que o Estado da Paraíba e, até mesmo, a Croácia. Além disso, a região conta com uma população de 848.486 habitantes, superando o número populacional de estados brasileiros, como Roraima, Amapá e Acre.

A região ganhou essa nomenclatura entre os séculos XVII e XIX, durante a exploração de minério, garimpo de ouro e diamante, um importante momento histórico no cenário nacional. Após o declínio da exploração dos minérios e a descoberta de jazidas na África, a Chapada Diamantina começa a ser conhecida pela sua biodiversidade constituída pelo relevo montanhoso, cânions, cavernas, lagos subterrâneos, quedas d'águas, rios em nascentes e corredeiras que são visitados em diversas trilhas, além do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

Os dados da Estratégia Turística da Bahia (Bahia, 2020) apresentam o território como um destino de ecoturismo, turismo de aventura e de esportes radicais, produção de vinhos e eventos. Além desses, o Estado prioriza segmentos de Bem-Estar, *Premium*, LGBTQIAPN+ e cultural. Os produtos consolidados são restritos a Lençóis, Mucugê e Andaraí e os potenciais a Rio de Contas, Iramaia, Ibicoara, Boa Vista do Tupim, Jacobina e Barra do Mendes.

Os municípios que compõem a região são agrupados em quatro circuitos de forma a evidenciar seus aspectos históricos e culturais e compartilhem de singularidades, como simplificado na figura a seguir (1), que apresenta a Chapada Diamantina e seus quatro circuitos turísticos: a Chapada Norte (verde), Chapada Diamante (azul), Chapada Ouro (amarelo) e a Chapada Velha (vermelho).

Figura 1: Circuitos turísticos da Chapada Diamantina



Fonte: elaborada pelos autores, 2023.

A figura 1 apresenta os circuitos da Chapada Norte (Campo Formoso, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Quixabeira, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Saúde, Bonito, Jacobina, Jaguarari); Chapada Diamante (Andaraí, Barra da Estiva, Boa Vista do Tupim, Boninal, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaberaba, Itaeté, Ituaçu, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra, Souto Soares, Wagner); Chapada Ouro (Abaíra, Dom Basílio, Jussiape, Paramirim, Piatã, Rio de Contas); e Chapada Velha (Barro Alto, Barra do Mendes, Gentio do Ouro, Oliveira dos Brejinho).

Percepção dos gestores sobre a relação do turismo, desenvolvimento e pobreza na Chapada Diamantina

Ponderar as percepções dos gestores municipais acerca das ações e inversões de mudanças e reversão da pobreza na Chapada Diamantina é contextualizar, historicamente, a relação do turismo, desenvolvimento e pobreza nesse território, sendo esse um elemento primordial para medir, qualitativamente, a percepção relacionada aos impasses socioeconômicos que perpassam as narrativas de um mundo contemporâneo e desigual. Dessa forma, a percepção pode ser entendida

como algo complexo, subjetivo e particular dos indivíduos, assim como os mesmos vivem, julgam e qualificam as coisas, logo, a percepção envolve uma série de agentes, como turistas, comunidade, trade turístico e, para efeito desta pesquisa, os gestores públicos (Xavier, 2007).

Interpor informações de percepção dos planejadores que refletem sobre a atual gestão pública e o desenvolvimento, no viés economicista, tendo o turismo como esse vetor, não é uma das tarefas mais fáceis, já que as informações perpassam por interesses políticos partidários e ideológicos. Nessas considerações, refletem a necessidade de medir as percepções com respaldos científicos e documentais com indicadores, planos e projetos concebidos nessa perspectiva de planejamento.

Todavia, para entender a composição do turismo na região, assim como seus impasses acerca de um fenômeno socioeconômico, é preciso identificar a história da Chapada Diamantina, marcada por dois episódios histórico/econômicos: Chapada e garimpo; e Chapada e turismo. Com a descoberta do ouro, em Rio de Contas e Jacobina, no século XVIII, em seguida o diamante, no século XIX, em Mucugê, e a descoberta do Sérgio, nas imediações de Lençóis, o maior diamante negro (carbono) do mundo, com 3.167 quilates. Na época, a Bahia foi a maior produtora de diamantes do mundo, até serem encontradas as minas na África do Sul, em 1870. Após decadência do garimpo, o turismo surge como uma alternativa econômica, imposta pelo Estado e sem evidências de planejamento.

Diante dessa contextualização, os gestores municipais participantes dessa pesquisa enfatizam que desenvolver o turismo, a partir de uma gestão municipal que tenha como premissa a relação de mecanismo capaz de promover o desenvolvimento socioeconômico e contribuir com a mitigação da pobreza é um fator decisivo, conforme descrito por Pérez et al. (2014) e Souza (2011), ao afirmarem que o turismo surge como vetor de desenvolvimento socioeconômico nas regiões turísticas. Além disso, os entrevistados ponderam que, frear o êxodo rural e garantir a permanência dos povos nas comunidades, com valorização dos elementos naturais e culturais, assim como o associativismo, agricultura familiar, capacitação agrícola e construção de cisternas são meios relevantes de combater o avanço das populações abaixo da linha da pobreza. Ressalta-se ainda, que para as Secretarias Municipais de Turismo, de acordo com as entrevistas, o Turismo de Base Comunitária (TBC) e o Turismo Rural surgem como práticas sustentáveis de garantir a qualidade de vida da população rural da Chapada Diamantina.

Por outro lado, observa-se que essa não é uma realidade totalitária dos municípios que compõem a região, haja vista que o sistema adotado pelos gestores municipais é imediatista, perpassando por uma (des)organização cuja finalidade é unicamente econômica, deixando as pautas socioculturais em segundo plano. Tal prática remete à discussão trazida por Paula e Moesch (2013) sobre os objetivos do capitalismo e reflete nos Planos Municipais de Turismo, documentos de suma importância, que, além de agregar valor ao destino, faz com que a gestão municipal tenha uma estratégia estruturada, levando em consideração a realidade atual do município, mas que, por muitas vezes, são construídos por “obrigação” para cumprir unicamente com as premissas do MTur, resultando, então, em Planos rasos e não participativos.

Nesse sentido, sobre o modo de gestão e planejamento municipal, analisando os resultados das entrevistas, é possível categorizar que se deve considerar os impactos, quando a atividade ocorre de maneira desenfreada, acumulando práticas insustentáveis de produção, consumo cultural e ambiental. Os gestores municipais de turismo da Chapada afirmaram que a realidade que se reflete na construção histórica do surgimento do turismo na região não foi planejada, e sim imposta por um sistema capitalista de consumo e produção, conforme discutido por Amado e Mollo (2003). Entretanto, após anos de atividade desenfreada, o turismo nos municípios da Chapada Diamantina se volta a ordenar a atividade com base na política pública de turismo, o que é perceptível a partir das construções de Planos Municipais de Turismo, criação e fortalecimento das Instâncias de Governanças Regionais (IGR), Câmaras Técnicas de Turismo e Conselhos Municipais de Turismo.

Nessa seara, é conducente abordar que a ONU estabeleceu dezessete objetivos que buscam orientar a sociedade em prol de parâmetros econômicos, sociais e ambientais, sendo o primeiro objetivo a redução da pobreza. Dessa forma, o papel do turismo é um vetor primordial desse objetivo, na oportunidade que a atividade gera emprego, renda e integração setorial, de acordo com discussão de Malta, Braga e Barbosa (2019). De posse dessa contextualização, e com os relatórios municipais enviados pelos gestores, verifica-se que, por mais importantes que sejam os ODS, os municípios ainda não se atentaram a essas demandas de forma direta, mas de maneira que consigam consolidar planos sustentáveis e de melhoria de qualidade de vida.

Haja vista a moralidade de traçar estratégias, metas e ações nos planos, projetos e programas existentes no planejamento do turismo na Chapada Diamantina, os municípios estudados, em parte, enfatizam a forma de desenvolvimento do turismo como oportunidade para a redução da pobreza. São exemplos práticos a hierarquização de atrativos e produtos turísticos para além da sede das cidades, aplicando, assim, a descentralização do turismo. Ademais, há a ampliação do

calendário turístico dos municípios, garantindo maior segurança e conforto para a população e visitantes.

Durante as entrevistas, questionados sobre a realidade de várias regiões turísticas, na qual a renda da atividade pode ter uma distribuição desigual, concentrando-se nos grupos de empregadores, em detrimento da população local, os municípios participantes apontam o Senac como um agente importante na construção de um ambiente mercadológico com empresários sendo sensibilizados em profissionalizar, capacitar e valorizar a mão de obra local. De certa forma, a Chapada Diamantina tem características diferentes dos destinos litorâneos, nas quais prevalecem rede hoteleira internacional e empreendimentos externos. Na Chapada, grande parte desses estabelecimentos turísticos é de famílias locais.

Indicadores de vulnerabilidade social da Chapada Diamantina

Monitorar o desempenho da economia do turismo e a implementação das suas políticas públicas é se basear nas especificidades e particularidades de cada região e no papel do município perante o processo de desenvolvimento do turismo. Dessa maneira, é preciso identificar e categorizar o desempenho da atividade turística na economia dos municípios da Chapada Diamantina. Categorizar é um instrumento importante para mensurar matematicamente o desempenho econômico do turismo nos municípios. Para o MTur (2018, p. 90), “o agrupamento permite enxergar cada município constante no Mapa do Turismo Brasileiro de forma diferenciada e possibilita o monitoramento da evolução da economia do turismo em cada um deles”.

Na Tabela 1, foram utilizados dados disponíveis no Sistema de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro (Sismapa), que são atualizados pelos municípios. Esses dados deveriam traduzir a economia do turismo na região, entretanto é restrito a uma teoria da política do PNT, tendo-se em consideração que, atualmente os dados são defasados, não condizentes com a realidade atual. Embora sejam dados oficiais, o que se perpetua são fragmentos de informações sujeitos ao “achismo”, justificados pela falta de um observatório de turismo na Chapada Diamantina.

Apesar das dificuldades de medir a categorização dos municípios, as informações se fazem valiosas por serem dados oficiais do MTur, que por um lado revelam as fragilidades da política pública, e por outro possibilitam compreender a economia do turismo na região. Diante disso, adotou-se as variáveis, levando-se em consideração os dados do ano de 2022, de número de municípios categorizados (A, B, C, D e E); receita tributária do turismo; média do número de empregos no turismo; empresas formais do turismo; e número de turistas domésticos e internacionais.

Tabela 1: Categorização dos municípios da Chapada Diamantina do Mapa do Turismo Brasileiro (2023)

Caracterização das categorias a partir das variáveis					
Categoria	Número de municípios	Receita tributária do turismo	Valor médio (não padronizado)		
			Média do número de empregos no turismo	Empresas formais do turismo	N. de turistas domésticos e internacionais
A	0%	0	0	0	0
B	2,7%	R\$1.998.899,25	1167	311	101.409
C	16,2%	R\$6.856.351,88	10.710	4.357	170.343
D	62,2%	R\$5.163.911,03	3.342	1.034	97.271
E	18,9%	R\$137.587,57	1.660	46	0

Fonte: elaborada pelos autores, 2023.

Essas informações são frutos de observações indiretas dos municípios que, por sua vez, são resultados de regras e critérios do MTur, voltados à formalização de instrumentos e transferências voluntárias de recursos para apoio a programas, projetos e ações que visam ao desenvolvimento do turismo, com vistas à eficiência alocativa de recursos públicos (Brasil, 2018). Exemplo claro é a Portaria MTur n. 39, de 10 de março de 2017, que considera as categorias dos municípios para definir a forma de apoio (Brasil, 2017).

Para o MTur (2018, p. 92) “a categorização é um dos mecanismos adotados [...] para monitoramento da economia do turismo nos municípios do Mapa do Turismo Brasileiro”. Mas, talvez esse não seja o principal e melhor indicador da economia, assim como alívio das desigualdades socioeconômicas. Dessa forma, entende-se que as análises ora realizadas podem ser complementadas com outros indicadores, por exemplo, aqueles que possibilitem a avaliação do desempenho dos destinos em termos financeiros e populacionais, como os dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Pobreza, Índice de Gini, Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e outros.

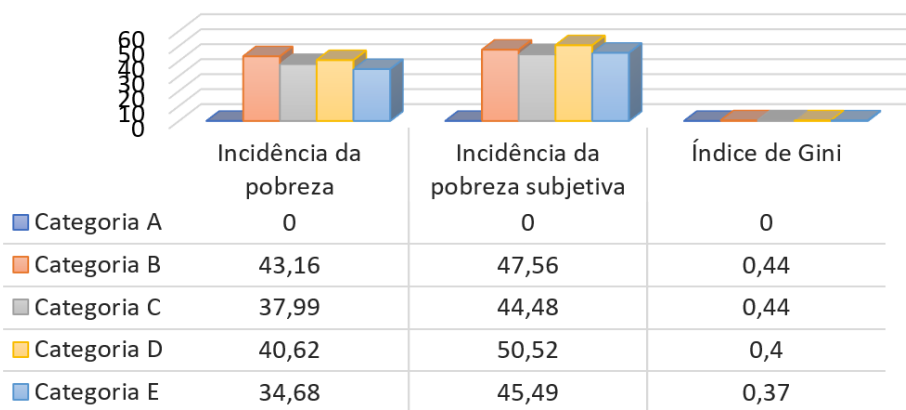
Paralelamente, as informações fornecidas pelos municípios são confrontadas pelo mapa da pobreza e desigualdade do IBGE, uma parceria com o Banco Mundial, a partir dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003 e do

Censo 2000, que levam em consideração três blocos de variáveis: a incidência de pobreza, a distância média dos pobres em relação à linha de pobreza (hiato) e a desigualdade entre os pobres (severidade ou profundidade da pobreza), entre outros indicadores.

Nessa seara foram também computados os indicadores do índice de Gini, também conhecido como coeficiente de Gini, uma importante ferramenta para medir e comparar a desigualdade de renda ou a riqueza da região ao longo do tempo, no qual leva em consideração a medida estatística que avalia a desigualdade de distribuição de renda em uma determinada população ou área geográfica. A variação desse índice é de 0 a 1, sendo que 0 representa igualdade total (todas as pessoas têm a mesma renda) e 1 representa desigualdade total (uma pessoa possui toda a renda).

Com os dados disponíveis realizou-se o rateio dos casos por categorização, separando em blocos os municípios classificados em A, B, C, D e E. Realizando consultas ao mapa digital, interpondo de dados numéricos referentes aos indicadores de pobreza e desigualdade mais frequentemente utilizados, incluindo indicadores sociais, econômicos e territoriais relacionados ao fenômeno da pobreza, servindo como subsídio ao estudo. Após agrupamento, realizou-se o cálculo da média ponderada, multiplicando cada valor pelo seu peso correspondente, somando os resultados e dividindo pela soma dos pesos $(N_x \times P_x) \div (P_1 + P_2 + P_3 + \dots P_x)$, resultando nas informações do Gráfico 1.

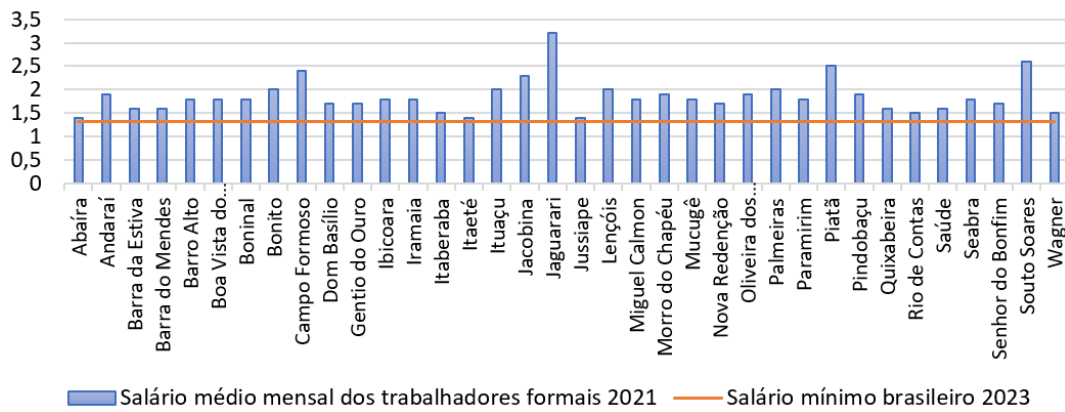
Gráfico 1: Mapa da pobreza e desigualdade dos municípios da Chapada Diamantina (Brasil, 2003)



Fonte: elaborado pelos autores, 2023.

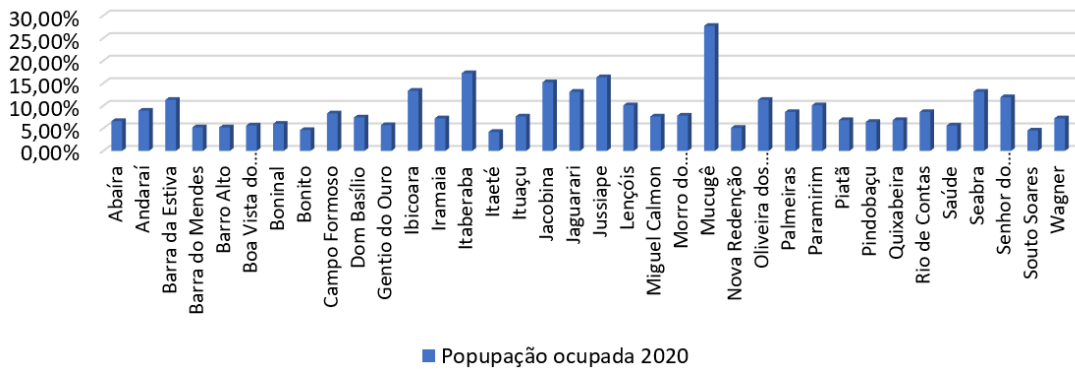
Não há indicadores quantitativos na categoria A, uma vez que inexistem municípios nessa classificação na Chapada Diamantina. Na categoria B evidenciam-se índices acentuados da incidência da pobreza, chegando a porcentagens equiparadas à linha da pobreza da região nordeste do Brasil, que em 2022 era de 44,8% (Brasil, 2022). Posteriormente, os municípios categorizados em C apresentam números mais baixos relacionados à incidência da pobreza, embora apresentem um número igual ao Índice de Gini da categoria B. Vale destacar que, essas duas categorias (B e C), são as que concentram os municípios que já desenvolvem a atividade turística de forma consolidada. Por fim, a categoria E, que representa municípios que ainda não detém uma demanda turística efetiva, mas que apresenta os melhores indicadores, tanto de incidência da pobreza quanto do Índice de Gini. Embora todas as categorias apresentem dados preocupantes do Índice de Gini, destaca-se que os números ficam abaixo da média nacional, que é de 0,544 (Brasil, 2022).

Paralelamente, observou-se a necessidade de interpor informações relacionadas ao contexto dos dados de salário médio mensal de pessoas ocupadas (2021) em comparação com o salário mínimo brasileiro de 2023, que equivale a R\$1.320,00. O Gráfico 2 apresenta a média salarial dos municípios da Chapada Diamantina em comparação com o salário mínimo. É evidente notar que os municípios de Abaíra, Itaeté, Jussiapé, Quixabeira e Wagner, apresentam salários próximos à média nacional, apesar de esses municípios não terem o turismo como uma das principais atividades econômicas. Já Jaguarari, Piatã e Souto Soares apresentam as melhores condições de salários, mas também não têm o turismo como fonte de renda. Já Lençóis, Mucugê e Palmeiras, que têm o turismo como uma alternativa econômica, têm seus salários em uma média equivalente aos outros municípios.

Gráfico 2: Salário médio mensal dos trabalhadores formais em comparação com o salário mínimo brasileiro

Fonte: elaborado pelos autores, 2023.

Mostrou-se interessante relacionar os indicadores do gráfico anterior (2) com uma outra base de dados, que possa compreender o cenário regional com relação ao índice de pessoas ocupadas. No Gráfico 3 que se segue é possível analisar essas porcentagens. Dessa vez, um município turístico tem destaque, como é o caso de Mucugê, um importante polo turístico da região, que detém a maior porcentagem na região de pessoas ocupadas. Mas, o município de Lençóis, a principal cidade turística da região, ainda apresenta números tímidos com relação às informações coletadas.

Gráfico 3: Índice da população ocupada

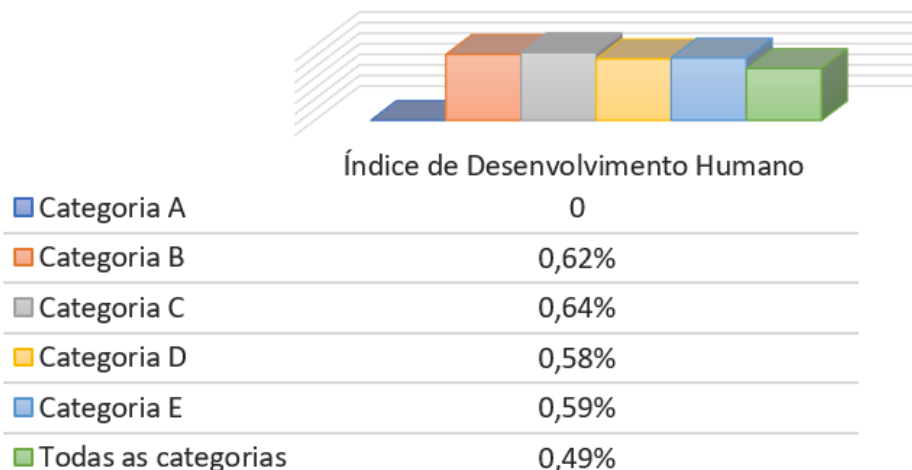
Fonte: elaborada pelos autores, 2023.

De outro modo, partindo da ideia de não envolver apenas aspectos econômicos para mensurar os índices de pobreza, mas também considerar outras características sociais, culturais e políticas, que influenciam a qualidade de vida dos povos de uma determinada região, é preciso computar as informações da Chapada Diamantina com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tendo como parâmetro três principais variáveis, sendo elas a saúde, a educação e o padrão de vida.

Sua escala varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). No Gráfico 4, é apresentado o IDH dos municípios categorizados, fruto da média ponderada dos casos estudados, no qual o índice até 0,499 significa um baixo desenvolvimento humano, como é o caso da região da Chapada Diamantina como um todo, de 0,5 até 0,799 representa um desenvolvimento médio e, quando ultrapassa 0,8, o desenvolvimento é considerado alto, índice que não é representado por nenhuma categoria.

Os dados do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), constituído por 16 indicadores e organizado em três dimensões, das quais se pluralizam a dimensão de infraestrutura urbana (coleta de lixo; água e esgoto inadequado; tempo de deslocamento casa/trabalho), capital humano (mortalidade infantil; crianças de 0 a 5 anos fora da escola; não estudam, não trabalham e baixa renda; crianças de 6 a 14 anos fora da escola; mães jovens (10 a 17 anos; mães sem fundamental + filhos até 15 anos; crianças em domicílio em que ninguém tem o fundamental completo) e renda e trabalho (renda menor ou igual a R\$255,00; baixa renda e dependente de idosos; desocupação; trabalho infantil; ocupação informal sem ensino fundamental).

Gráfico 4: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)



Fonte: elaborado pelos autores, 2023.

Logo, para compreender a leitura dos dados da Tabela 2 é preciso compreender a lógica numérica do IVC, sendo 0 a 0.200 muito baixo, de 0.200 a 0.300 baixo, de 0.300 a 0.400 média, como é o caso de oito municípios, de 0.400 a 0.500 alta, que pondera a maioria dos municípios e de 0.500 a 1 muito alta.

Tabela 2: Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

MUNICÍPIO	ANO	IVS	MUNICÍPIO	ANO	IVS	MUNICÍPIO	ANO
Abaíra	2010	0.409	Iraquara	2010	0.444	O. dos Brejinhos	2010
Andaraí	2010	0.637	Itaberaba	2010	0.423	Palmeiras	2010
Barra da Estiva	2010	0.399	Itaeté	2010	0.602	Paramirim	2010
Barra do Mendes	2010	0.426	Ituaçu	2010	0.435	Piatã	2010
Barro Alto	2010	0.435	Jacobina	2010	0.375	Pindobaçu	2010
B. V. do Tupim	2010	0.633	Jaguarari	2010	0.398	Quixabeira	2010
Boninal	2010	0.443	Jussiape	2010	0.321	Rio de Contas	2010
Bonito	2010	0.485	Lençóis	2010	0.428	Saúde	2010
Campo Formoso	2010	0.501	Miguel Calmon	2010	0.444	Seabra	2010
Dom Basílio	2010	0.377	M. do Chapéu	2010	0.502	S. do Bonfim	2010
Gentio do Ouro	2010	0.507	Mucugê	2010	0.370	Souto Soares	2010
Ibicoara	2010	0.459	Nova Redenção	2010	0.567	Wagner	2010
Iramaia	2010	0.514					

Fonte: elaborada pelos autores, 2023.

Diante dos reflexos apontados pelos dados coletados, finaliza-se essa relação de compreensão dos índices levantados com os indicadores do Programa de Bolsa Família e Cadastro Único dos municípios da Chapada Diamantina, um programa social do Governo Federal, instituído pela Lei n. 14.601, de 19 de junho de 2023. Esse é um programa que garante renda básica para as famílias em situação de pobreza, integrando políticas públicas e fortalecendo o acesso a direitos básicos. Dessa forma, além de perpassar pelos dados de famílias atendidas pelo Programa do Bolsa Família e pessoas beneficiadas, é possível traçar uma linha que contribui para a dignidade e cidadania das famílias, para a superação da pobreza e transformação social.

Na Tabela 3 foram pontuados o quantitativo de famílias atendidas e de pessoas beneficiadas no mês de setembro de 2023 pelo Programa Bolsa Família. Por fim, comparou-se esses dados com a porcentagem em relação ao total da população residente em cada município.

Tabela 3: Programa Bolsa Família nos municípios da Chapada Diamantina

MUNICÍPIO	FAMÍLIA ATENDIDA	PESSOAS BENEFICIADAS	% POPULAÇÃO	MUNICÍPIO	FAMÍLIA ATENDIDA	PESSOAS BENEFICIADAS	% POPULAÇÃO
Abaíra	1.978	3.984	54,57%	Jussiape	1.098	2.980	40,38%
Andaraí	2.884	7.233	53,31%	Lençóis	2.145	5.371	49,86%
Barra da Estiva	4.345	12.994	49,86%	Miguel Calmon	4.898	12.231	49,60%
Barra do Mendes	2.778	7.428	53,61%	M. do Chapéu	6.271	16.800	50,02%
Barro Alto	2.912	7.807	58,13%	Mucugê	2.091	5.469	45,08/5
B. V. do Tupim	4.654	11.273	66,82%	Nova Redenção	1.894	4.492	59,63%
Boninal	2.637	7.201	52,83%	O. dos Brejinhos	4.039	10.801	52,15%
Bonito	3.302	9.506	59,91%	Palmeiras	2.195	5.822	56,32%
Campo Formoso	14.932	41.063	57,46%	Paramirim	3.482	9.072	44,59%
Dom Basílio	1.893	5.701	47,99%	Piatã	3.079	9.339	46,49%
Gentio do Ouro	2.125	5.838	53,59%	Pindobaçu	5.341	11.901	62,35%
Ibicoara	3.619	9.631	46,35%	Quixabeira	2.091	5.054	53,42%
Iramaia	2.049	5.492	51,05%	Rio de Contas	2.185	6.098	46,26%
Iraquara	4.937	13.910	58,26%	Saúde	3.282	6.681	63,70%
Itaberaba	14.355	30.368	46,71%	Seabra	8.832	23.824	51,64%
Itaeté	4.514	9.747	72,29%	S. do Bonfim	13.152	32.837	44,05%
Ituaçu	3.124	9.257	51,65%	Souto Soares	3.531	10.095	59,18%
Jacobina	14.731	35.303	42,68%	Wagner	1451	4.104	43,13%
Jaguarari	5.790	14.381	43,94%	**	**	**	**
TOTAL DE FAMÍLIAS ATENDIDAS		TOTAL DE PESSOAS BENEFICIADAS		% DA POPULAÇÃO TOTAL			
167.165		427.074		50.36%			

Fonte: elaborada pelos autores, 2023.

A caixa Econômica Federal pontua critérios para os beneficiários desse Programa: a principal regra é ter a renda mensal por pessoal de até R\$218,00, seguindo esse principal critério, as famílias estariam aptas ao Programa. Dessa forma, percebe-se que 50,36% da população da Chapada Diamantina vive, mensalmente, com renda igual ou inferior a R\$218,00. Esses dados são ainda mais alarmantes quando se foca nos índices municipais, a exemplo de Boa Vista do Tupim (66,82%), Itaeté (72,29%) e Saúde (63,70%) que apresentam os maiores indicadores de pessoas em condições de vulnerabilidade social. Já Jacobina (42,68%), Jussiape (40,38%) e Wagner (43,13%) são os municípios com as menores porcentagens de pessoas e famílias que são elegíveis ao Programa socioeconômico do Governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Promover a atividade turística sustentável para reduzir a pobreza globalmente remete a iniciativas adotadas por inúmeras entidades, governos, organizações e agentes diretos do setor, compactuando para o alcance do primeiro objetivo do ODS até o ano de 2030. Para isso, foram analisadas as retóricas das políticas públicas de turismo e como elas enfatizam o potencial do setor para desenvolver oportunidades econômicas nas comunidades locais. Logo, foram evidenciadas diferentes ideologias que envolvem as políticas e estratégias do turismo, incluindo a visão neoliberal trazida por Malta, Braga e Barbosa (2019) e a visão crítica do turismo discutida por Fazito et al. (2017).

Embasou-se, neste trabalho, a narrativa do papel do Estado e a percepção dos gestores de turismo entrevistados para a implementação de políticas públicas de turismo que envolvem questões sociais, como a inclusão produtiva de grupos desfavorecidos. Embora os gestores tenham se mostrado com o entendimento dessa necessidade e o anseio para alcançar essa prerrogativa, o que se vê, na realidade, ainda é uma lacuna que se estende por todos os municípios da Chapada Diamantina.

Contudo, é preciso destacar que os desafios foram pontuais na medição do impacto do turismo na redução da pobreza, devido à complexidade das variáveis envolvidas, existindo diferentes perspectivas e metodologias de análise qualitativa e quantitativa para averiguar esse impacto. Logo, pode-se afirmar que o turismo pode ser uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento econômico e redução da pobreza, mas sua implementação eficaz requer políticas públicas adequadas, planejamento participativo e consideração das necessidades das comunidades locais.

Por fim, a análise do desempenho econômico e social dos municípios da Chapada Diamantina, com foco no turismo, usando a categorização baseada em indicadores turísticos, endossam preocupações. Embora oficiais, os dados são con-

siderados frágeis, desatualizados e limitados, evidenciando a falta de um observatório de turismo na região. Mas, além dos indicadores turísticos, foram considerados indicadores sociais, como o IDH e IVS para compreensão mais ampla do desenvolvimento regional. São reveladas desigualdades significativas entre os municípios, destacando-se a importância que têm os programas sociais, como o Bolsa Família, na mitigação da vulnerabilidade social.

Por fim, pode-se considerar que há desafios e oportunidades para o desenvolvimento econômico e social na Chapada Diamantina, mas, na atual conjuntura, o turismo ainda não conseguiu preencher essas lacunas, não apresentando porcentagens significativas de redução da pobreza nem nos municípios que tem o turismo já consolidado, nem nos demais municípios que, de forma direta ou indireta, contribuem para o desenvolvimento da atividade turística em termos regionais.

AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), código de financiamento 001.

REFERÊNCIAS

- Amado, A., & Mollo, M. L. R. M. (2003). *Noções de Macroeconomia: razões teóricas para as divergências entre economistas*. Barueri: Manole.
- Bahia. (2020). *Estratégia Turística da Bahia 4.0*. Secretaria de Turismo: Governo do Estado da Bahia.
- Bahia. Secretaria da Cultura e Turismo. (2004). *PDITS (Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável) Polo Chapada Diamantina*.
- Barretto, M., Burgos, R., & Frenkel, D. (2003). *Turismo, Políticas Públicas e relações internacionais*. Campinas, SP: Papirus.
- Borges, C. A. (2006). *Pobreza e Turismo*. Brasília. https://bdm.unb.br/bitstream/10483/434/1/2006_CristianoAraujoBorges.pdf
- Brasil (2017). Portaria MTur n. 39, de 10 de março de 2017. Estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos, para execução de projetos e atividades integrantes do Programa Turismo e respectivas Ações Orçamentárias, e dá outras providências. Brasília. <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/atos-normativos-2/2017/portaria-no-39-de-10-de-marco-de-2017>
- Brasil. Ministério do Turismo. (2018). *Plano Nacional de Turismo 2018-2022. Mais emprego e renda para o Brasil*. <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/pnt-2018-2022-pdf>
- Brasil (2024). *Sistema de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro*. Brasília, DF. <https://sistema.mapa.turismo.gov.br/#/login>
- Coriolano. L. N. M. T. (2006). *O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza*. São Paulo: Annablume.
- Cowen, M. P., & Shenton, R. W. (2005). *Doctrines of Development*. Taylor & Francis e-Library. Routledge, New York.
- Fazito, M., Rodrigues, B., Nascimento, E., & Pena, L. C. S. (2017). O papel do turismo no desenvolvimento humano. *Papers do NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos)*. UFPA.
- Figueiredo, S. L., & Nóbrega, W. R. M. (2015). Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In: Figueiredo, S. L.; Azevedo, F. F., & Nóbrega, W. R. M. (org.). *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo*. Belém, NAEA.
- Fragelli, C., Irving, M. A., Oliveira, E. (2019). Turismo: fenômeno complexus da contemporaneidade? *Caderno Virtual de Turismo*, vol. 19, núm. 3.
- Furtado, C. (2013). Classificação dos pobres: construção, classificação e análise. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 26, jan./abr., p. 306-330.
- Gastal, S., & Moesch, M. M. (2007). *Turismo, Políticas Públicas e Cidadania*. São Paulo: Aleph.
- Grusky, D., & Kanbur, R. (2006). *Poverty and inequality*. California: Stanford University Press.
- Jafari, J. (2005). El turismo como disciplina científica. In: *Política y Sociedad*, v. 42, n. 1: 39-56
- Lima, J., Eusébio, C., & Amorim, C. (2011). Combate à exclusão social através de programas de turismo social para famílias economicamente carentes. In: *Proceedings of the 1st International Conference on Tourism & Management Studies*. Algarve, 639-653.
- Malta, G. A. P., Braga, S. S., & Barbosa, M. F. P. (2019). Concepções de desenvolvimento econômico e a compreensão do papel do turismo na redução da pobreza. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 13 (2), p. 16-31, maio/ago. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v13i2.1513>
- Moesch, M. M., (2002). *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto.
- Néri, M., (2005). *Turismo Sustentável e Alívio à Pobreza (TS-AP): Avaliação de Impacto em Destinos Turísticos – Arcabouço Geral e Piloto para Porto Seguro*. Rio de Janeiro: IPEA
- Organização das Nações Unidas (2022). *Pobreza e Equidade no Brasil - mirando o futuro após duas crises*. <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/relatorio-de-pobreza-e-equidade-no-brasil-mirando-o-futuro-apos-duas-criSES>
- Paula, A. T., & Moesch, M. M. (2013). Pela transversalidade da questão social nas políticas públicas setoriais: um ensaio sobre as políticas públicas de turismo. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2., p. 183-198, ago. <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/>

article/view/726/353

- Pérez, F. J. G., & Medina-Muñoz, D. R. (2014). Turismo y alivio de la pobreza: una revisión de la literatura académica. *Tourism & Management Studies*, 10(2), 104-115.
- Ramos, D. M., & Costa, C. M. (2017). Turismo: tendências de evolução. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP* <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs> ISSN 1984-4352 Macapá, v. 10, n. 1, p. 21-33, jan./jun.
- Rostow, W. W. (1959). The Stages of Economic Growth. *The Economic History Review, New Series*, v. 12, n. 1, p. 1-16. Published by: Blackwell Publishing on behalf of the Economic History Society Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/2591077>.
- Souza, P. I. A., (2011). Uma discussão sobre a importância do turismo como uma estratégia para a redução da pobreza e da desigualdade na Bahia. *Salvador*, 21 (3), p. 549-561.
- UNWTO (2020). World Tourism Barometer. Volume 18. Issue 1. January. https://webunwto.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/2020-01/UNWTO_Barom20_01_January_excerpt.pdf
- UNWTO (2023). OMT e G20 lançam painel para apoiar o turismo no avanço dos ODS. 05 de setembro de 2023. <https://www.unwto.org/news/unwto-and-g20-launch-dashboard-to-support-tourism-in-advancing-the-sdgs>
- Xavier, H. (2007). A percepção geográfica do turismo. São Paulo: Aleph.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Henrique Rodrigues de Araújo: conceitualização, curadoria de dados, análise de dados, pesquisa, metodologia, administração de projeto, validação, design da apresentação de dados, redação do manuscrito original, redação, revisão e edição.

Regina Ferreira Araújo: conceitualização, análise de dados, pesquisa, administração de projeto, redação do manuscrito original.

Marcelo da Silva Taveira: redação, revisão e edição.

Mauro Lemuel de Oliveira Alexandre: redação, revisão e edição.

Editor de Seção: Jonathan Rodrigues Nunes